

A rede DLIS de Paraty usando o conceito de que "O Conhecimento do Conhecimento nos compromete com o desafio de buscar a satisfação das carências atuais, sem comprometer a capacidade de satisfação das carências das gerações futuras e sua m e t o d o l o g i a d e gerenciamento integrado tem possibilitado uma visão analítica e sintética e uma interação continuada desta rede na construção de um Produto Turístico Paraty, que seguindo a linha do tempo pode facilmente ser visualizada: Plano de Desenvolvimento Sustentável de Paraty (2000), Prefeito Empreendedor (2001), Planejamento Estratégico de Turismo (2002), Plano Diretor de Turismo de Paraty (2003), Plano de Governo das Comunidades e Fórum DLIS Paraty Moeda Local, Moeda Global (2004), e em 2005, os fóruns DLIS: Parâmetros para uma Política Cultural (Casa da Cultura), Caminho do Ouro - Estrada Real e Roteiros Turísticos de Paraty.

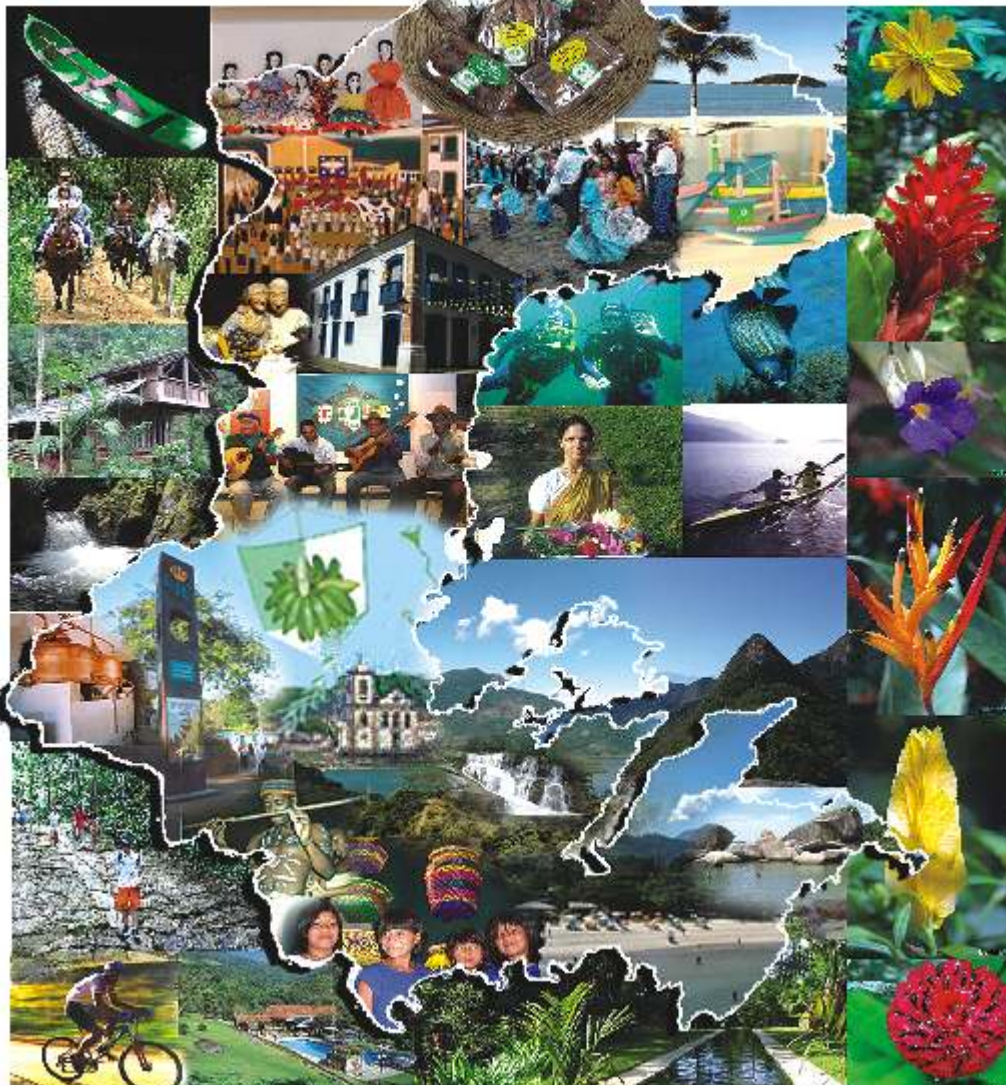
Buscando soluções para as questões apresentadas nos diagnósticos tais como: desarticulação das iniciativas locais, receptivo deficitário, falta de envolvimento da comunidade e do empresariado em uma economia de aglomeração, despadroneização dos produtos e serviços, a Rede DLIS propõe o projeto Roteiros Turísticos de Paraty.

**Objetivo Geral:** Levantamento dos atrativos turísticos pela Rede DLIS com a finalidade de gerar um banco de dados que possibilitará a interação de toda a rede no processo de padronização dos roteiros turísticos e, conseqüentemente, a elaboração de um Plano de Marketing dos produtos turísticos visando a maximizar o potencial turístico de Paraty.

Pág 3



## Roteiros Turísticos de Paraty



Conselho de Saúde  
Questão Fundiária  
Plano Diretor  
Pág. 2  
Saúde dos Conselhos  
São Gonçalo sustentabilidade  
e Desenvolvimento  
Usina III: Sim ou Não  
Pág. 4

Agradecemos o seu apoio durante 2005...  
... e contamos com seu entusiasmo para que 2006 seja mais um ano de realizações!



Equipe Associação Cairuçu

**CLUBE RURAL**  
SÍTIO MATA ATLÂNTICA  
PESCA ESPORTIVA  
  
O melhor ambiente de lazer de toda a região!  
Barra Grande - Paraty  
Tel.: (24) 3371-0518 / Cel-9943-7050

**CASA KEMPESCA**  
Apóia as iniciativas da Rede de Desenvolvimento Local de Paraty  
Tintas Imobiliárias e Automotivas  
Rua Manoel F. Dos Santos Pádua  
Parque Imperial Tel (24) 3371-1281

 **Imperial**  
MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO  
Produtos de qualidade  
Bons Preços  
Bom atendimento  
Av. Roberto da Silveira nº287-Chácara  
Tels.: 3371-2300/2202/1433/1247

 **Zorro**  
CONFECCÕES  
Camisetas brancas e coloridas em geral.  
Av. Roberto Silveira - Rua A - Loja 2 (ao lado do DPO)  
3371-2113  
9999-9254  
Temos pronta entrega!

 **auto center DANIEL**  
BRIDGESTONE Firestone  
Tel-(24) 3371-1309  
Av. Roberto Silveira, 390  
Centro- Paraty -Rj  
E-mail : autocenterdaniel@uol.com.br

**MARUPIARA LTDA**  
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO  
1979 - 2005  
26 ANOS  
Construindo Paraty  
TRADIÇÃO SE CONQUISTA COM QUALIDADE  
Tel.: (24) 3371-1179  
Fax: 3371-2177  
Av. Roberto da Silveira, 41 - Centro-Paraty - RJ



## Conselho Municipal de Saúde de Paraty

O Conselho Municipal de Saúde de Paraty encerrando seu mandato encaminhou no dia 17 de novembro o ofício: 018 / 05 ao Prefeito Municipal, alertando mais uma vez sobre a precariedade de funcionamento deste Conselho, pela não participação dos representantes do governo e falta de apoio e interação da Secretaria de Saúde da qual, em 10 reuniões durante o ano, o Secretário de Saúde, ou seu representante participaram apenas de três.

O ofício chama a atenção pela gravidade do fato, pois além de impossibilitar a comunicação e troca de informações entre a Secretaria e os representantes dos Usuários do Sistema de Saúde do Município, acarretará na repetição de erros que já causaram intervenção do Tribunal de Contas do Estado para apuração de responsabilidades.

Outro problema sério, apontado neste documento, diz respeito ao Termo de Parceria firmado entre a Prefeitura de Paraty e a OSCIP 'Sorrindo para a Vida' que, mesmo tendo sido solicitado informações e esclarecimentos por diversas vezes sobre este Termo, jamais obteve qualquer resposta sob as seguintes informações:

- O Termo de Parceria foi enviado ao TCE para análise e aprovação?

- Qual a data da assinatura do termo de Parceria?

- Onde se encontra o Programa de Trabalho mencionado na Cláusula Segunda do Termo de Parceria?

- Por que o Conselho Municipal de Saúde nunca recebeu extrato da conta bancária aberta para receber os recursos financeiros, objeto do Termo de Parceria?

- Qual a pessoa indicada pelo Poder Público para ser responsável pela administração e aplicação dos recursos recebidos?

- Foi nomeada a Comissão de Avaliação para acompanhar a prestação de serviços da OSCIP?

- Como vem sendo feita a comprovação das metas objeto do Termo de Parceria?

- Por que não foi publicado o regulamento que disciplinaria o funcionamento do Termo de Parceria?

- Qual o montante de recursos já repassados a OSCIP?

O ofício lembra que esta é a sexta tentativa de se fazer algum tipo de convênio com a finalidade de contornar os problemas de administração da política de saúde do município: as cinco primeiras redundaram em fiasco, exatamente por falta de transparência e comunicação entre as partes envolvidas, o que resultou na perda da credibilidade no uso desse tipo de convênio.

Finalizando, solicita a intervenção do Prefeito, no sentido de buscar esclarecer, junto ao Gestor da Saúde, os motivos pelos quais o trabalho do Conselho Municipal de Saúde foi completamente cerceado durante este ano "... não é demais lembrar que esse trabalho é voluntário, totalmente apartidário e desprendido de ambições egoístas. Acreditamos que um prazo de sete dias será suficiente para que esses esclarecimentos cheguem às mãos destes conselheiros, para estudo e comunicação à Comunidade."

Por último, "pedimos a V.Exa. que veja em nosso gesto apenas uma última tentativa de auxiliá-lo na tarefa de atender adequadamente à demanda da população por um serviço de saúde digno e eficiente."

Até o fechamento deste jornal o Conselho ainda não tinha resposta do Prefeito.

## Questão Fundiária



No dia 5 de outubro foi realizado no Taquari o III Seminário sobre a questão Fundiária de Paraty que teve como resultado um termo de compromisso firmado entre a Prefeitura Municipal e o Incra. O Termo de Compromisso foi assinado pelo prefeito José Carlos Porto Neto e o Superintendente Regional do INCRA/RJ, Mário Lúcio Machado Melo Jr., no sentido de agilizar os procedimentos administrativos legais para a emancipação dos projetos de assentamento no Taquari e Barra Grande.

O compromisso do Termo é: 1) Transferir as áreas urbanas e comunitárias dos projetos de assentamento em questão para a Prefeitura Municipal de Paraty; 2) Recadastrar as áreas rurais para fins de titulação e futura emancipação; 3) Adotar as medidas cabíveis entre ambas as partes para os procedimentos legais.

Depois de dois meses de realização deste seminário, o **Folha do Litoral** entrevistou o Prefeito Municipal para informar às comunidades como anda o processo de municipalização dos núcleos urbanos, titulação das áreas rurais, lei de bairros e assentamento da Serraria.

José Carlos Porto "O que ficou acertado no nosso último encontro é que os núcleos urbanos seriam levantadas e passariam para o município e as áreas que tivessem características rurais seriam tituladas pelo Incra. Recentemente tive contato com pessoal do Incra e eles disseram que está sendo feito este trabalho, mas de acordo

com informação da comunidade ele estão pegando áreas parceladas já há muito tempo e estão considerando como área rural e notificando os ocupantes com a desapropriação destas áreas e o que ficou acertado no seminário não foi isto, e sim que as áreas que já tivessem perdido as características seriam também municipalizadas e após este trabalho seria entregue ao município o título de propriedade para a prefeitura repassar aos moradores. Já combinei com o presidente do Comamp, José Joaquim, para logo que passarem as festas de final de ano juntamente com a Comissão para Questões Fundiárias convocarmos uma nova reunião com o Incra.

Com relação à Serraria, tem um processo judicial que está em Brasília com o ministro e dependendo de uma decisão judicial. A orientação é que o advogado constituído dr. Jarbas Vasconcelos aione o presidente do STJ ou STF, não me lembro em que tribunal está, para cobrar os autos ao ministro pois já vai fazer um ano que processo sem parecer, precisa então o advogado intervir solicitando ao presidente do tribunal que cobre a devolução dos autos.

Já em relação à Lei de Bairros acrescentou que o Plano Diretor e os mapas de zoneamento estão sendo revisados e irão orientar a implantação dos bairros no município e que as áreas dos assentamentos deverão ser contemplados com as devidas adequações.

## Plano Diretor: Chegou a hora de a sociedade paratiense ser consultada

A última versão do Plano Diretor de Paraty está pronta. O texto foi concluído no dia oito de Dezembro por um grupo dentro do COMURB Conselho Municipal de Urbanismo. Agora é chegado o momento de a sociedade civil ser consultada formalmente.

O Prefeito deverá convocar, obrigatoriamente, uma Audiência Pública, antes de enviar o projeto de lei para a Câmara Municipal. Sem haver consulta popular, não há Plano Diretor válido. É condição imposta pelo Estatuto da Cidade.

Portanto, o poder público tem que garantir a livre manifestação da sociedade, das instituições, das associações de classe, de cada cidadão, inclusive dos marginalizados. E, também, divulgar amplamente todos os documentos redigidos durante a Audiência Pública.

Para que isso aconteça da forma mais transparente possível, uma Comissão Popular Independente se reuniu no Salão Nobre da Câmara, no dia nove de dezembro presentes representantes do COMAMP, de Associações de Moradores (Vila Oratório, Ilha do Araújo, Ponte Branca, Taquari, Areal do Taquari, Ponta Grossa, Jabaquara), OAB, AEAP e a vereadora Bia, do PT.

Ao fim dos debates chegou-se às seguintes conclusões:

1) a comunidade paratiense não pode ficar à margem do processo de leitura e análise do Plano Diretor;

2) para não perdermos o andamento histórico do processo é necessário convocarmos a equipe que já participou dessa elaboração, principalmente SecPlan - Rio de Janeiro, IPHAN, IBAMA; 3) o Plano Diretor, tal como foi apresentado, é inválido, pois faltam os mapas do zoneamento do Município (a propósito algumas comunidades já fizeram os seus mapas e podem contribuir para o Plano Diretor); a Secretaria de Planejamento do Município, órgão encarregado de implantar o Plano Diretor, não participou de sua elaboração.

Estabelecidos estes fatos, a Comissão Popular Independente decidiu pleitear junto ao Poder Público uma agenda de trabalho que incluísse: a formalização de uma comissão que organizará um Fórum DLIS, para apresentação dos mapas de zoneamento e comparação da versão atual do Plano Diretor com o texto elaborado em 2001; Audiência Pública para que, ao ser enviado à Câmara de Vereadores de Paraty, o Plano Diretor do Município tenha sido amplamente discutido por todos os setores da sociedade.

**Envio do projeto de lei à Câmara:**

*Controvérsias*

Trinta anos após a elaboração do primeiro Plano Diretor do município, dois anos após amplos debates feitos pela sociedade paratiense, promovidos pelo Fórum DLIS, e um ano depois de o Executivo ter encaminhado o Projeto Casa Legislativa, em sessão extraordinária no dia 20 de dezembro de 2002 aprovou o novo Plano Diretor de Paraty sem os mapas, que ficaram de ser apresentados em dias. Mas até o momento não se tem notícia concreta destes mapas.

**Histórico**

**Julho, Agosto, Setembro de 2000:** É



constituído um grupo de trabalho para elaborar o Plano de Ação DLIS que tem, entre duas metas, a Revisão do Plano Diretor elaborado em 1996.

**14 de agosto:** Termo de compromisso é assinado pelos três candidatos à Prefeitura de Paraty, para revisão e encaminhamento à Câmara de Vereadores do Projeto de Lei do Plano Diretor.

**2001: 23 de março** - O Fórum DLIS e Assessoria de Planejamento realizam o primeiro Seminário de Apresentação do Plano Diretor pelos técnicos da Sub-Secretaria de Estado, com a participação expressiva da sociedade organizada.

**03 de abril** - Reunião de definição da metodologia para apresentação das emendas e condução do processo democrático.

**20 de abril** - Decreto nº 041/2001 oficializou a Comissão de Estudos e Auxílio Técnico, criada pelo Fórum DLIS e fixou prazo até 11/06/2001 para o Poder Executivo enviar à Câmara o Plano Diretor.

**09 e 10 de junho** - No CIEP D. Pedro I, a Assessoria de Planejamento e Controle, Comamp, Acip e Sebrae realizaram a Plenária Final do Plano Diretor com a participação das seguintes instituições: Base Ecológica do Paraty-Mirim, Sindetgur, Revitalização da Borda D'água, Cooperaty, Unicamp/Feagri, Incra, Senac, Porto Paraty, Ufrj, Iphan, Câmara de Vereadores, IEF, Fauusp, Iacv, Pastoral da Criança, Paraty.com, Simpar, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Paraty, CREA, SOS Mata Atlântica, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Promoção Social, Secretaria Municipal de Arquitetura, Obras e Urbanismo, Secretaria Municipal de Saúde, ONG Caxadaço, ONG Bocaina Mar, Várias Associações de Moradores o Executivo Municipal, representado pelo Chefe de Gabinete e o Legislativo Municipal, representado pelo Presidente da Câmara de Vereadores. Neste seminário prevaleceu o processo democrático na aprovação ou não das emendas, as quais passaram a fazer parte do anteprojeto de Lei, dando nova redação ao Plano Diretor.

**2002:**

**09 de agosto de 2002** Reunião na Câmara dos Vereadores, a pedido da ACIP. A reunião foi coordenada pela vice-Presidente da Casa, que sugeriu a realização de duas reuniões semanais até a votação.

**01 de outubro de 2002** Reunião realizada na Câmara dos Vereadores, coordenada por Antonio Porto Filho, vice-Presidente da Casa, que solicitou que os presidentes das Associações de Moradores indicassem dois representantes das suas comunidades para integrarem uma Comissão de Estudo para aprovação do Plano Diretor.

**20 de dezembro** Aprovação do plano sem os mapas.



**Produzido e Editado** por Publicação Editoração e Comunicação PCE Ltda  
M.E. - CNPJ 00744509/0001-49 - Estrada da Gávea, 847/Lj. 110 - São Conrado - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22610-000

Tel. : (24) **3371-9082**

(21) **8797-4629**

E-mail: [flitoraldlis@hotmail.com](mailto:flitoraldlis@hotmail.com)

**Jornalista Responsável, Diagramação e Editoração Eletrônica:**

Carlos Dei - Reg. Mtb RJ15.173;

[cdei19@yahoo.com.br](mailto:cdei19@yahoo.com.br)

**Tiragem:** 3.000 exemplares.









## CONQUISTAS EM 2005:

Só planta quem tem esperanças. Se isso é verdade, no ano de 2005 a Associação Cairuçu buscou promover o plantio de boas práticas para confirmar sua missão institucional, que é promover o desenvolvimento sustentável da APA do Cairuçu. Como uma instituição do terceiro setor que tem esperança e compromisso com seu trabalho, as conquistas no ano de 2005 são extremamente gratificantes e determinam um futuro ainda melhor. Entretanto, o grande valor na maioria de nossas ações, foi a consolidação de parcerias com diversas instituições e com a rede DLIS de Paraty para promover o desenvolvimento local com responsabilidade social e ambiental. Assim, toda e qualquer conquista é sempre um bom motivo. Até para comemorar... E, que no próximo ano possamos realizar e compartilhar muito mais trabalho, o que é sempre uma boa demonstração de esperança.



Exposição Artesanato do Mamanguá



Repórter comunitário



Semana da Criança

### PROGRAMA "ECOVERÃO 2006"

A Associação Cairuçu em parceria com a AMAPA (Associação de Monitores Ambientais de Paraty), Associações de Moradores da Trindade, Praia do Sono e Ponta Negra, promoverá durante a temporada de verão 2006, uma agenda de atividades destinadas aos visitantes e moradores da Trindade, Ponta Negra, Praia do Sono, Campinho e Patrimônio. As atividades iniciam em janeiro e finalizam após o carnaval. Entre elas: campanha "Conduta Consciente em Ambientes Naturais" e "Reciclar é 10!", programa "EcoTrilhas", espetáculos teatrais da companhia "Zé Balandrô", Cinema Interativo, reportagens, pesquisa e orientação de visitantes, mutirões ambientais nas comunidades envolvendo visitantes e moradores e ainda, um ciclo de atividades educativas destinadas as crianças da região, que foram elaboradas por jovens locais sob a coordenação pedagógica do CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária). A agenda de atividades a ser realizada em cada comunidade será divulgada a partir do dia 3 de janeiro!

## A saúde dos conselhos e o Conselho de Saúde

Mais um ano se passou e, mesmo com todo esforço das lideranças comunitárias e compromissos assumidos pelo Prefeito Municipal ainda não tivemos a maturidade e competência de pôr em prática os planos de reestruturação da saúde dos conselhos e nem do Conselho de Saúde.

Em janeiro de 2005 a rede DLIS promoveu o Fórum Reestruturação dos Conselhos e, deste evento podemos lembrar do pronunciamento do prefeito José Porto que, reafirmando seu compromisso com a reativação dos conselhos disse: "...Os conselhos são fundamentais para ajudarem o município a traçar políticas urbanas em determinados setores..." e que se no governo passado os conselhos só serviram para abonar certas condutas, no caso específico da Saúde, seu governo não esperaria isto. E das propostas construídas pelas lideranças comunitárias a partir dos pontos levantados no plano de governo das comunidades

Com relação as implementações das propostas do fórum podemos destacar que: A divulgação dos atos dos conselhos foi feito de forma tímida pelos jornais locais e, com relação às rádios, não houve apoio e até o direito de resposta ao Conselho de Saúde foi negado pela rádio comunitária; As convocações de plenárias para avaliação do Plano Municipal dos Conselhos não aconteceram e que a prioridade da reestruturação do Conselho de Saúde, para servirem de referência a outros não teve apoio e a participação efetiva dos conselheiros indicados pelo governo; e até o orçamento municipal de Saúde foi aprovado sem passar pelo aval deste conselho; O Conselho de Turismo não chegou a ser montado e o CMDR como o de Educação não se tem nem notícia.

A Casa dos Conselhos, apesar do local e o computador cedido pelo governo municipal, falta a ocupação pelos conselhos, linha telefônica, internet e uma secretária para dinamizar as questões operacionais dos conselhos.

Avaliando o resultado a partir das propostas do fórum DLIS, podemos ver nitidamente que não saímos da teoria, pois ainda não conseguimos motivar as comunidades e os agentes públicos a compreenderem que o direito de participação do cidadão não se encerra com o voto e que os conselhos sadios e estruturados servirão de sensores capazes de captar o sentimento e as necessidades das comunidades e orientar uma gestão municipal que realmente esteja comprometida com a qualidade dos serviços públicos e com a satisfação dos usuários.

Esperamos que em 2006 a comunidade, as instituições e principalmente a Câmara de Vereadores e o Executivo Municipal se envolvam mais diretamente no processo de reestruturação dos conselhos municipais.

### São Gonçalo: Sustentabilidade e Desenvolvimento?

Como é de conhecimento de todos, São Gonçalo, antes do conflito entre uma empresa que se intitulava dona das terras e os moradores, era uma comunidade com casas, campo de futebol, mercado, igreja e uma população de moradores igual ou maior do que Tarituba na época, de acordo com a opinião de alguns moradores que, por motivo de segurança, pediram para não serem identificados, disseram que os antigos moradores foram pressionados a deixar suas propriedades e que aconteceu até morte que não foram bem esclarecidas pela justiça, mas que todo mundo sabe deste episódio.

O governo passado era a favor da implantação de um condomínio e uma marina, mas sofreu pressão por parte da comunidade e de um grupo que na época criou a APA do São Gonçalo e São Gonçalinho que foi aprovada pela Câmara de Vereadores e depois vetada pelo ministério publico.

No artigo 3º desta lei proíbia nas Áreas de proteção ambiental: O parcelamento da terra, para fins de urbanização; A alteração do perfil natural do terreno, incluindo atividades de terraplanagem, mineração, dragagem e escavação; O desmatamento, a extração de madeira e vegetais característicos e a retirada de espécimes vegetais; A caça, ainda que amadoristicamente e o aprisionamento de animais silvestres:

- I - O parcelamento da terra, para fins de urbanização;
- II - A alteração do perfil natural do terreno, incluindo atividades de terraplanagem, mineração, dragagem e escavação;
- III - O desmatamento, a extração de madeira e vegetais característicos e a retirada de espécimes vegetais;
- IV - A caça, ainda que amadoristicamente e o aprisionamento de animais silvestres.

O que se comenta é que a Fazenda São Gonçalo foi adquirida por um novo grupo, e que o mesmo pretende implantar o condomínio e a marina e vem buscando o apoio da comunidade através de um projeto de Sustentabilidade e Desenvolvimento que contempla a criação de um viveiro de mudas para produção de espécies nativas para reflorestamento das margens da BR e a formação profissional de jovens da região; a entrega do Posto de Saúde e a subvenção da visita semanal de um médico; doação de área seis mil m2 para construção de uma quadra esportiva e a sede da associação; Investimento na formação de jovens para serviço de guias na região; estacionamento para banhista para até um mil carros, com renda revestida para a comunidade; Marina-Escola com 50 postos de trabalho, oficina escola etc.

**Com relação às instituições:** Mesmo com os embargos da Secretaria de Meio Ambiente pelo desmatamento sem licenciamento o Ibama, Iphan, Secretaria de Obras e Conselho de Urbanismo deram parecer favorável ao empreendimento; No caso do Iphan, foi aprovado com algumas ressalvas e em virtude da faixa de terra ente o mar e a BR na praia de São Gonçalinho ser bastante estreita adotou-se o parâmetro de 33 metros da faixa de aforamento como orientador do limite de implantação das unidades, já que a adoção do recuo de 100m inviabilizaria qualquer ordenamento.

Com toda esta polêmica, comentários e especulações sobre este empreendimento, (dizem que, até quem era contra agora é a favor), seria muito salutar uma audiência pública para apresentação do projeto de Sustentabilidade e Desenvolvimento para São Gonçalo e os pareceres pelas respectivas instituições.

## ANGRA III - Sim ou Não?

Na edição anterior publicamos o Não do Greenpeace sobre o Programa Nuclear Brasileiro. Dando continuidade a este debate estamos publicando o **Sim da Eletronuclear**. Na próxima edição, a opinião das lideranças comunitárias.

Recebemos por e-mail as considerações da assessoria de comunicação da empresa, das quais, pelo espaço disponível, publicamos um compacto. O texto completo, pode ser solicitado pelo e-mail flitoral@paratyweb.com.br:

### Porque construir Angra 3

Somente com um terço do território brasileiro prospectado, o Brasil já é a sexta reserva do mundo de urânio base do combustível das usinas nucleares. Além disso, é uma estratégia governamental e uma tendência internacional, o esforço pela diversificação das matrizes energéticas que permita a geração confiável de uma energia ambientalmente limpa e produzida próximo aos grandes centros de carga, sem depender de condições climáticas.

Angra 3 acrescentará outro bloco de energia igual à Angra 2. Com as três usinas em operação, o complexo nuclear de Angra dos Reis terá uma capacidade de geração de aproximadamente 25 milhões de MWh por ano, o que significa 76% do consumo anual do Estado do Rio.

**Já foram adquiridos para Angra 3 equipamentos no valor de US\$ 750 milhões. Para sua conclusão são estimados investimentos da ordem de 1,8 bilhão de euros, a preço de hoje.**

**Vantagens ambientais** Não emite gases que contribuem para a chuva ácida ou que contribuem para o efeito estufa; nem metais cancerígenos; **Não emite material particulado poluente;** Não produz cinzas; Não produz escória e gesso (rejeitos sólidos produzidos em usinas a carvão mineral); É uma forma de energia barata...

**Não há risco para a população vizinha** - ...A probabilidade de ocorrência de um acidente é muito remota. Todavia, há um Plano de Emergência a ser executado para assegurar a proteção da população que vive próximo às usinas, contra qualquer situação que ofereça risco radiológico. Atualmente, a responsabilidade pela coordenação do plano é da Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro Siproon, órgão do Ministério de Ciência e

Tecnologia. Nesse plano, constam ações específicas a serem implementadas nas zonas de planejamento de emergência (ZPEs), que são áreas vizinhas a CNAAA, delimitadas por círculos, respectivamente, de 3, 5, 10 e 15km, centrados no edifício do reator de Angra 1. Isto é, até a cidade de Angra dos Reis e o distrito de Tarituba, em Paraty. A remoção de pessoal para atender a situações de emergência só está prevista para moradores da ZPE-3, área que se estende, ao longo da BR-101, desde o km 515,5 até o km 525,5. Visando a manter o Plano sempre em condições de acionamento são realizados, periodicamente, exercícios simulados de emergência...

**Rejeitos** ... Os elementos combustíveis usados estão sendo estocados em locais específicos e apropriados dentro da própria usina para futuro reprocessamento. Os rejeitos sólidos de baixa e média atividades são acondicionados em embalagens metálicas, testadas e qualificadas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), estatal do Ministério de Ciência e Tecnologia que fiscaliza as operações nucleares, e transferidos para um depósito intermediário, construído no próprio sítio da Central Nuclear. Este depósito é permanentemente controlado e fiscalizado por técnicos em proteção radiológica e especialistas em segurança. Os elementos combustíveis de alta atividade são colocados dentro de uma piscina no interior das usinas. Quanto ao depósito definitivo dos rejeitos há soluções eficientes em desenvolvimento na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil a CNEN ainda não tem definições sobre local e condições para o armazenamento definitivo dos rejeitos.

**Investimentos em Paraty No Hospital Municipal São Pedro de Alcântara:** convênio para reformar, ampliar e restaurar, assim como adquirir equipamentos e insumos para revitalização do hospital. Valor total de R\$ 690.000,00. Na **Defesa Civil Municipal:** investimento de R\$ 205.200,00 para aparelhar o órgão. Na **Igreja Matriz Nossa Senhora dos Remédios:** convênio que vai investir R\$ 400 mil na preservação do patrimônio histórico e cultural do município. No **Silo Cultural José Kleber:** cerca de R\$ 70 mil foram aplicados equipando o espaço. Na **passarela sob o Rio Mateus Nunes:** as obras prevêm demolição e retirada da estrutura da ponte tombada e construção de passarela metálica, incluindo cabeceiras nas duas margens do rio, no valor de R\$ 190 mil.

No **Asilo São Vicente de Paula:** investimento de R\$ 88 mil, na reforma do prédio. Em **apoio à Educação Pública Municipal:** convênio visando a reforma, ampliação, reestruturação, aquisição de equipamentos e insumos para rede de educação pública, no valor de R\$ 300.000,00. Na **Casa da Cultura:** com a Fundação Roberto Marinho restaurou o prédio da Casa de Cultura. Foram investidos R\$ 650 mil. Em **Apoio à população indígena:** são três aldeias atendidas em Paraty - Rio Pequeno, Araponga e Itatiim. **Luz para todos:** inauguração das obras de eletrificação que atendem a 400 domicílios rurais do município, beneficiando cerca de duas mil pessoas, num investimento de R\$ 2,3 milhões. A Eletronuclear participa do Comitê Gestor Estadual do Programa "Luz Para Todos" com Furnas, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a concessionária Ampla; **Projetos Pacova e Alumiuou:** ações integradas ao programa de eletrificação do Governo Federal, que visam o desenvolvimento econômico-social da região. A Eletronuclear está patrocinando a compra de equipamentos para a instalação de uma pequena fábrica de manufatura de produtos de banana como geléia, licor, doces e banana-passa.